

04.março.2015 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

- Entidade:** **Professores dos Institutos Superiores Politécnicos**
Cristina Matos (IPP), Fernando Melício (IPL), José Coelho (IPL), José Matos (IPP), Luís Abreu (Instituto Aveiro/UA), Paula Viana (IPP) e Rui Alves (IPVC).
- Recebidos por:** Deputado Duarte Marques (PSD, que presidiu à reunião), Ana Sofia Bettencourt (PSD), Maria Conceição Pereira (PSD), Pedro Pimpão (PSD), Michael Seufert (CDS-PP), Rui Pedro Duarte (PS) e Rita Rato (PCP).
- Assunto:** Iniciativas legislativas de alteração do regime geral de acesso aos cursos do ensino superior politécnico.

Exposição: Os Professores deram inicialmente indicações genéricas sobre a sua situação, referindo que eram todos doutorados e/ou com agregação, trabalhavam em unidades de investigação reconhecidas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, exerciam funções docentes há mais de 20 anos e tinham vindo a refletir sobre as questões do ensino superior politécnico.

Referiram depois que a evolução dos regimes dos Estatutos dos docentes das Universidades e dos Institutos Politécnicos parecia ser no sentido de os aproximar, exigindo aos segundos o doutoramento e estabelecendo uma estrutura de carreira idêntica, lamentando não poderem lecionar cursos de doutoramento. Realçaram ainda a evolução dos Institutos Politécnicos nos últimos anos, com o aumento da sua qualidade e defenderam que fossem avaliados com base na mesma, nomeadamente, com base na empregabilidade e desempenho na profissão dos respetivos alunos e no respetivo corpo docente, salientando que em relação a este último critério não podiam utilizar os mesmos indicadores das Universidades.

Indicaram depois que tiveram conhecimento de iniciativas legislativas em preparação visando a alteração do regime geral de acesso ao ensino superior politécnico, estabelecendo que o mesmo seja feito só com a nota da escola (e não também com a nota dos exames nacionais) e mesmo com notas negativas, alteração que sabiam já ter obtido a concordância do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), embora com a discordância de alguns Institutos. Nessa sequência, defenderam que isso diferenciará esse regime em relação ao do acesso às Universidades.

Salientaram que a alteração proposta tem suscitado a contestação dos docentes dos Politécnicos, bem como das respetivas associações académicas. Defenderam que se existe um problema na captação de alunos, esse não é um problema do ensino superior politécnico, mas sim do país.

Indicaram ainda que a alteração do regime irá suscitar várias questões, tendo salentado, designadamente, as seguintes:

1. Dificuldade de mobilidade dos alunos para as Universidades;
2. Discriminação sociocultural dos alunos do ensino superior politécnico;
3. Desperdício de recursos.

Informaram que falaram com o CCISP, com o Secretário de Estado do Ensino Superior e com a direção dos Politécnicos a que pertencem, tendo-lhes transmitido a sua posição.

Reiteraram que são contra a discriminação do ensino superior politécnico e a adoção de medidas cirúrgicas, como as que estão a ser perspetivadas, e salientaram que querem ser avaliados pela qualidade e irem mais além, tendo defendido a exigência e o rigor.

Interveio depois o Deputado Michael Seufert (CDS-PP), referindo que a alteração do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico levou à valorização do respetivo corpo docente, tendo-se congratulado com isso. Realçou também que há Institutos maiores e mais pequenos, estando o setor muito atomizado, propondo a agregação de unidades e a evolução para ganhos de escala.

Referiu ainda que a decisão do CCISP talvez vá no sentido errado, mas entendeu que estava em causa apenas um primeiro passo para um debate mais alargado e defendeu a autonomia das escolas em termos de fixação dos critérios de escolha dos alunos.

O Deputado Rui Pedro Duarte (PS) referiu que há 2 princípios a respeitar, a saber, a qualidade da oferta formativa e a existência de 2 subsistemas, bem como a aproximação de ambos. Defendeu depois que o debate deve abranger os 2 subsistemas e vê-los de forma integrada – sendo a diferenciação feita pela missão das instituições e não por critérios de acesso ao ensino superior - entendendo que ainda há tempo para o repensar. Manifestou-se ainda a favor da defesa de requisitos de qualidade e de exigência na base de uma visão holística do sistema.

Por último, questionou se a oferta de cursos técnicos não era contraditória com a decisão do CCISP.

A Deputada Rita Rato (PCP) referiu que se verificava uma desvalorização do ensino superior politécnico, nomeadamente, com base na diferenciação no financiamento e informou que o PCP defendia a sua diferenciação em relação ao ensino universitário com base nas missões específicas de cada um, tendo manifestado ainda discordância em relação à impossibilidade de fazerem doutoramentos e formarem o seu corpo docente.

Salientou que o ensino politécnico era um elemento de coesão territorial e o PCP já tinha proposto uma alteração à lei de financiamento, que tinha sido rejeitada. Referiu que o financiamento devia ser diferente conforme a situação de cada estabelecimento. Realçou que pelo 6.º ano consecutivo havia menos alunos a candidatarem-se ao ensino superior, o que agravava o financiamento e defendeu que o país precisava do ensino politécnico para o seu desenvolvimento.

Referiu ainda que o regime de ação social era muito insuficiente (indicando, designadamente, que os estudantes bolseiros pagavam propinas) e havia cada vez menos famílias com acesso ao ensino superior. Realçou também que os alunos do ensino profissional (115.000

estudantes) tinham um regime diferente no acesso ao ensino superior e rematou que se corria o risco de transformar o ensino politécnico em escolas profissionais avançadas.

A Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) questionou se a proposta do CCISP (com origem no mesmo e não no Governo) tinha sido discutida e trabalhada nos Politécnicos e como viam a saída de 4 Politécnicos do mesmo, em reação à posição assumida por aquele Conselho.

Em resposta às questões colocadas e às observações feitas, os Professores referiram o seguinte:

1. As medidas adotadas eram apenas para os Politécnicos e não para as Universidades;
2. Esses assuntos não tinham sido discutidos nos órgãos de gestão dos Politécnicos - conselho científico, pedagógico, etc – tendo o CCISP decidido com os votos contra dos Institutos de Lisboa, Porto, Coimbra e Leiria;
3. Muitos docentes dos Politécnicos não conheciam a proposta;
4. Os diplomados anteriormente contestavam a desvalorização do ensino politécnico;
5. Tinham tido uma reunião com o Secretário de Estado do Ensino Superior em janeiro, o qual lhes tinha dado conta das medidas recentemente anunciadas pelo CCISP;
6. As medidas aumentam a discriminação social dos alunos do ensino politécnico;
7. Os Politécnicos estão atualmente muito diferentes daquilo que eram no início, com maior qualidade;
8. Há uma grande concorrência entre os 2 sistemas a nível das engenharias e as teses de mestrado que são apresentadas em ambos são muito idênticas;
9. Os 2 subsistemas estavam a afastar-se;
10. Tudo se interligava com o financiamento e a falta do mesmo;
11. O Secretário de Estado do Ensino Superior tinha informado que se previa a captação de mais 2.000 alunos para o Ensino Politécnico, tendo questionado se isso justificava a alteração do regime de acesso ao ensino superior;
12. Na 6.ª feira seguinte haveria uma reunião do CCISP e os Institutos Politécnicos estavam a reequacionar a sua posição.

O Deputado Duarte Marques (PSD) salientou ainda que tinham sido os Politécnicos que tinham proposto cerca de 500 cursos técnicos para aprovação e pediu que fossem dadas informações sobre eventuais cursos que entendessem que estavam a funcionar sem qualidade.

Complementarmente os Professores indicaram ainda o seguinte:

1. O sistema teria de ter qualidade;
2. Era inaceitável o acesso ao ensino superior com notas inferiores a 10 valores;
3. Havia milhares de alunos que andavam perdidos no sistema, tendo os Professores pedido a avaliação dos Cursos de Especialização Tecnológica e a cativação de alunos;
4. Propuseram um Livro Branco para discussão do ensino superior, eventualmente com um horizonte temporal de 2016 a 2025;
5. Ao que sabiam, o CCISP já vinha equacionando o acesso ao ensino superior havia alguns meses.

Por último, os Professores convidaram a Comissão a visitar os Institutos Politécnicos, para verem como trabalhavam.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na internet](#).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Palácio de São Bento, 04 de março de 2015

A assessora
Teresa Fernandes